

Departamento de Comunicação e Eventos

ATA DA 40^a REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, MINAS GERAIS, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZESSEIS (28-11-2016):

Às dezesseis horas e quatorze minutos, do dia vinte e sete de novembro de dois mil e dezesseis, no Plenário, reuniu-se a Edilidade Marianense, presidida pelo vereador Antônio Marcos Ramos de Freitas, que contou com a presença dos demais Vereadores. Todos firmaram suas respectivas assinaturas no Livro de Presenças e tomaram seus assentos. O Senhor Presidente, cumprindo Dispositivo Regimental, havendo número legal, em nome de Deus declarou abertos os trabalhos. Logo após, solicitou ao secretário que fizesse a leitura da Ata da Trigésima Nona Reunião Ordinária, realizada no dia vinte e um de novembro de dois mil e dezesseis. A Ata foi colocada em discussão e votação, sendo aprovada por unanimidade. O presidente convidou o exvereador José Antunes Vieira; o Secretário de Administração e Planejamento, Sr. Marlon Figueiredo; Assessor Técnico de Planejamento, Sr. Anderson Stoppa; o vereador eleito, Sr. Deyvson Ribeiro, para comporem o plenário. O secretário leu o ofício dos vereadores Fernando Sampaio e Geraldo Sales comunicando que não ocupam mais a liderança e a vice-liderança de governo. Leitura dos Projetos de Lei: Projeto de Lei nº76/2016 (autoria do Prefeito Municipal): autoriza a alteração do limite para cobertura de créditos adicionais suplementares; Projeto de Lei nº77/2016 (autoria do Prefeito Municipal): abre créditos suplementares no valor de R\$ 11.600.000,00 para reforço de dotações constantes na Lei Orçamentária vigente; Projeto de Lei nº78/2016 (autoria do Prefeito Municipal): dá nova redação ao art. 107/2001 da Lei Complementar 005/2001 – Estatuto do Servidor Público Municipal e dá outras providências. Pela ordem, o vereador Fernando pediu o parecer técnico da assessoria contábil e jurídica da Casa desses dois últimos projetos. Leitura dos Requerimentos nº130/2016 (autoria do vereador Marcelo Macedo): requer que seja enviado ao Chefe do Poder Executivo, para que este encaminhe a essa Casa de Leis no prazo regimental, os seguintes documentos: cópia integral dos procedimentos de pregão presencial número 69/2015 e 92/2016, bem como os respectivos contratos, firmados para aquisição de cestas básicas pela municipalidade. Requerimentos nº131/2016 (autoria do vereador Cristiano Vilas Boas): realização de Audiência Pública pela Comissão de Participação popular com o tema PEC 241/2016 (55/2016), reforma do ensino médio e ocupações das escolas e universidade. Pela ordem, o vereador Cristiano ressaltou a importância de se discutir o tema e saber os efeitos da PEC241 em Mariana. Pela ordem, o vereador Geraldo disse que se absterá da votação desse requerimento, pois é normal estabelecer limite de gasto, qualquer administração pública deve gastar somente aquilo que se arrecada. O presidente disse que a audiência será importante para esclarecer alguns tópicos, principalmente na área da educação e da saúde. Pela ordem, o vereador João Bosco sugeriu que fosse feito algo mais simples na Câmara convidando

9

Dermin



Departamento de Comunicação e Eventos

Praça Minas Gerais,89 - Centro - Mariana - MG Fone: (31) 3557 - 2747 E-mail: comunicacao.camarademariana@gmail.com

os interessados. Pela ordem, o vereador Bruno sugeriu que fosse convidado para a audiência especialistas sobre o assunto para explicarem se é necessário a PEC ou não. Leitura da Moção de Aplauso nº33/2016 (autoria do vereador Cristiano Vilas Boas); Leitura da Moção de Pesar: pelo passamento da Sra. Sueli Ferreira (autoria dos vereadores Geraldo Sales e Juliano Vasconcelos). Votações: Projeto de Resolução nº07/2016 (autoria da Mesa Diretora). O presidente submeteu o projeto em segunda e terceira discussão e votação. Os vereadores Juliano Vasconcelos Gonçalves, João Bosco Cerceau Ibrahim, Daniely Cristina Sousa Alves; Sebastião André de Carvalho, Bruno Mól Crivellari, Fernando Sampaio de Castro, Pedro César de Oliveira Nunes, Marcelo Monteiro Macedo, Raimundo Elias Novais Horta, Cristiano Silva Vilas Boas, Adimar José Cota, Geraldo Sales de Sousa, Edson Agostinho de Castro Carneiro votaram favorável ao projeto. O projeto foi aprovado por unanimidade. Moção de Aplauso nº33/2016 (autoria do vereador Cristiano Vilas Boas). O presidente submeteu a moção em única discussão e votação. Pela ordem, o vereador Cristiano ressaltou a importância de valorizar os atletas marianenses. A moção foi aprovada por unanimidade. Requerimento nº130/2016 (autoria do vereador Marcelo Macedo). O presidente submeteu o requerimento em única discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade. Requerimento nº131/2016 (autoria do vereador Cristiano Vilas Boas). O presidente submeteu o requerimento em única discussão e votação. O requerimento foi aprovado com as abstenções dos vereadores Sebastião André e Geraldo Sales. Prosseguindo. conforme requerimento do vereador Fernando, o presidente convidou o Secretário de Administração e Planejamento, Marlon Paulo Figueiredo, para fazer uso da palavra. Marlon disse que explicaria a questão orçamentária e financeira do município com foco nos cortes que o executivo planeja para o próximo ano com intuito de equilibrar as contas. O secretário apresentou a situação real do município, segundo ele o relatório da secretaria foi apresentado ao executivo propondo medidas para equilibrar as contas como, por exemplo, a exoneração de funcionários e suspensões de contratos de prestação de serviços. A secretaria apurou que o município está com um déficit de treze milhões e meio de reais. Com a palavra, o assessor Anderson apresentou a receita e despesa mês a mês do município aos vereadores de janeiro a outubro: receita (duzentos e vinte e seis milhões e trezentos mil reais), liquidado (próximo de duzentos e vinte milhões) e o total entre o arrecadado e o liquidado giram em torno de sete milhões. Adiante, o assessor apresentou outro documento referente ao mês de novembro e dezembro, incluindo os planos de medidas para o fechamento das contas do exercício. O assessor disse que não houve arrecadação de quinze milhões pelo município como foi questionado pelo presidente, segundo o qual foi falado pelo próprio prefeito. O vereador Marcelo concordou com o questionamento do presidente e comentou a respeito do projeto lido na Casa no qual informa que há um excesso de arrecadação no

Dire

And of



Departamento de Comunicação e Eventos

Praça Minas Gerais,89 - Centro - Mariana - MG Fone: (31) 3557 - 2747 E-mail: comunicacao.camarademariana@gmail.com

município, o que não dá para entender já que o município estaria em crise. Marlon disse que o prefeito provavelmente incluiu os recursos vinculados. O assessor Anderson explicou que o excesso de arrecadação previsto no projeto não significa que está arrecadando demais. O orçamento é feito de um ano para outro, faz-se uma expectativa e quando ela é superada, o excesso deve ser incorporado ao orçamento, caso contrário é feito contingenciamento por causa de uma expectativa frustrada. O presidente quis saber sobre a situação dos professores que receberão as férias somente em janeiro do ano que vem, se isso é devido à falta desses recursos. O assessor respondeu que sim. O presidente perguntou como o município reagiria caso o projeto a esse respeito não seja aprovado pela Casa. Marlon afirmou que não saberia dizer no momento que medidas poderiam ser adotadas, mas provavelmente teria de exonerar mais servidores e suspender contratos. O presidente perguntou se a secretaria consultou a procuradoria do município para saber se é constitucional adiar o pagamento das férias dos professores. Sr. Marlon respondeu que sim, foram analisadas todas as demandas. Com a palavra, o vereador Marcelo ressaltou que o município não se preocupou em assegurar o pagamento do servidor público, era uma questão de planejamento, de responsabilidade. O vereador perguntou se o município vai fechar as contas. O vereador Raimundo questionou o porquê de só agora os projetos terem chegado à Casa, perguntou se os funcionários demitidos serão readmitidos e pediu para que a Casa futuramente empenhe e ajude o município a se planejar melhor para que essa situação não aconteça novamente. Com a palavra, o vereador Geraldo disse estar estarrecido com os números e acrescentou que é preciso ter medidas para o ano que vem e desejou que o orçamento não fosse fictício, que seja respeitado. O vereador Marcelo disse que toda esta situação é uma vergonha para a cidade, está deixando nas mãos dos vereadores uma decisão difícil. O vereador disse que não concordava com o pedido de vinte e cinco por cento a mais para fechar as contas do município e questionou se os vinte por cento anteriores, autorizados pela Câmara, não foram o suficiente para o governo. O vereador assinalou que é necessária mais transparência e responsabilidade. Com a palavra, a vereadora Daniely ressaltou que não quer ser taxada como alguém que ajudou o município a falir e caso as atitudes não sejam tomadas em conjunto o município vai viver uma triste história em que se passou por uma arrecadação fantástica. Ela lamentou por Mariana não ter criado um fundo na época das vacas gordas e agora se discute quando será feito o pagamento das férias dos professores, um direito adquirido. Percebe-se que há uma despesa de recisão salarial na faixa de três milhões e duzentos mil reais. O que se escuta pela cidade é que os funcionários, talvez iludidos, pensam que estarão de volta em janeiro. Assim, a vereadora quis saber se essas ações feitas agora são simplesmente para fechar as contas de 2016 ou se são ações realmente prevendo um futuro consciente. A vereadora questionou como será em 2018 quando não houver mais o ICMS e acrescentou que faltam apenas quatro reuniões e ainda o projeto de Lei de Diretrizes

Departamento de Comunicação e Eventos

Praça Minas Gerais,89 - Centro - Mariana - MG Fone: (31) 3557 - 2747 E-mail: comunicacao.camarademariana@gmail.com

Orçamentárias não retornou à Casa. Assim, a vereadora perguntou quando o projeto chegará. Com a palavra, o vereador Cristiano disse que o reflexo do mau planejamento já vem há dez anos, deveria-se realmente ter criado um fundo, pensar em novas alternativas para a economia da cidade. A atual gestão pegou um legado de gestões anteriores que não souberam planejar. O presidente assinalou que os secretários são colocados nas secretárias, mas não têm poder para nada, não têm recursos. Essa situação precisa acabar. O vereador Marcelo quis saber a situação dos fornecedores que estão sem receber e porque está mexendo apenas na folha de pagamento do pessoal. Marlon informou que haverá recursos para fazer o pagamento do décimo terceiro. Adiante, o assessor disse que o orçamento é obviamente pensando no futuro e pediu aos vereadores que acompanhassem os planos de metas. O secretário discordou do presidente a respeito de os secretários não terem autonomia e poder sobre o orçamento. Todo secretário no início do exercício tem seu orçamento em mãos e se a secretaria de planejamento não fizer o contingenciamento a situação poderia estar pior, às vezes é necessário fechar alguma torneira de alguma secretaria. O vereador Fernando afirmou que secretários já o disseram que muitas vezes querem fazer algo, mas quando vai olhar o dinheiro não está mais na pasta. Marlon disse que às vezes é necessário priorizar as ações, remanejar o recurso. O presidente afirmou que muitas vezes os secretários não são informados dessa priorização. Com a palavra, o vereador Geraldo disse que o que falta é o diálogo, seria interessante se reunir com os vereadores para discutir uma alternativa além do que está sendo proposta pelo executivo. A responsabilidade da Casa é muito grande. O vereador Marcelo criticou o projeto de aumento de vinte e cinco por cento para o limite de abertura de crédito adicional suplementar retroagindo seus efeitos a dez de novembro do corrente ano. O vereador Fernando perguntou se as contas do município estão em dia até outubro. O secretário Marlon afirmou que por enquanto o que se está na secretaria de planejamento (atividade meio) não há pendência, mas talvez exista em alguma secretaria que ainda não chegou ao seu conhecimento. O assessor Anderson assinalou que as demandas em vários setores do município aumentaram com o momento atual do país. As emendas promovidas pelos vereadores em 2015 na lei orçamentária foram rigorosamente bloqueadas e reservadas, nenhum centavo foi movido para nenhuma outra dotação orçamentária. São emendas respeitadas. Em relação ao aumento percentual no projeto de vinte para vinte e cinco por cento é uma ferramenta técnica. O objetivo da retroatividade é por segurança, pois caso o projeto seja votado somente no final do ano pode não adiantar mais. Anderson assegurou que nenhum centavo foi gasto a mais no orçamento atual e acrescentou que é preciso tomar cuidado ao criar expectativas com os trinta milhões que será enviado ao município. Adiante, o secretário Marlon pediu que os vereadores reconsiderassem o valor de 6,9% para o repasse de recurso para a Câmara. Anderson assinalou que o plano de metas foi apresentado ao prefeito e aos secretários e já estão sendo executado para o fechamento



Departamento de Comunicação e Eventos

das contas. A vereadora Daniely afirmou que o que se deseja é ter a oportunidade de juntos discutir o projeto antes que se chegue na Câmara para votar. Os vereadores terão que votar os cortes, o adiamento do pagamento das férias. São responsabilidades que não poderiam ser transferidas para a Câmara. É preciso conversar para procurar outras maneiras, todos sabem a dificuldade de um pai de família, muitos contam com o dinheiro das férias para rematrícula, passeios, impostos. Com a palavra, o presidente ressaltou que projeto do reajuste do repasse para a Câmara inclui também outras questões que precisavam ser ajustadas, por isso o seu retorno ao executivo. O assessor Anderson disse que o parecer da Rita, assessora contábil, afirma que o projeto está de acordo com a lei. O vereador Fernando perguntou qual o valor reduzido com as demissões. Anderson explicou que para cada medida há um valor quantificado desde que seja executado dentro do plano. No geral, a exoneração daria um retorno de um milhão e quinhentos mil reais, exoneração de nomeados geraria em torno de cento e setenta mil, redução da folha de contratos seria de dois milhões e cem mil reais, o projeto de lei sobre o adiamento das férias seria três milhões, verbas indenizatórias em torno de setecentos mil reais, redução de gasto com cooperativa quantificado no valor de um milhão e quinhentos reais (somando uns dez milhões). O presidente perguntou a quantidade de nomeados e contratos que serão exonerados. Anderson disse que há uma projeção de setenta por cento de corte de nomeados e cinquenta por cento de contratados. Ainda não dá para saber o total de pessoa exato, será feito o corte de acordo com a demanda de cada secretaria para não prejudicar o trabalho prestado. Geralmente corta-se aqueles cargos com vencimentos mais altos. A vereadora Daniely perguntou se esses cortes estão sendo feitos apenas para fechar as contas do município. Anderson disse que não era competência dele saber se os exonerados voltarão ou não, cabe ao chefe do executivo a livre nomeação de servidor, dependerá da demanda. A vereadora perguntou se esses cortes não prejudicarão do trabalho. Anderson afirmou que a prefeitura tem um quadro de servidores efetivos bom de serviço, caberá aos demais que permanecerem no trabalho se esforçarem mais, doarem sua força de trabalho. A vereadora Daniely disse que é totalmente a favor do plano de cargos e de carreira do concursado, porque muitas vezes o funcionário efetivo tem o horário para bater cartão e se perceber a questão salarial, ela está muito abaixo de uma pessoa que é nomeada ou contratada, as quais muitas vezes chegam a hora que quer, são beneficiadas com carro, entre outras regalias. A prefeitura funcionaria com menos funcionários e com muito mais profissionalismo e responsabilidade, é valorizando o funcionário obtêm-se uma resposta, pois aquele funcionário que cumpre seu horário e ganha menos observa o outro que nem cumpre o horário, porém ganhando mais. O presidente concordou com a vereadora Daniely e disse que tinha certeza que isso estaria nos planos da prefeitura para o ano que vem, muitos funcionários efetivos da prefeitura ficam frustrados por não receberem o vencimento que deveriam. Marlon disse que



Departamento de Comunicação e Eventos

Praça Minas Gerais,89 - Centro - Mariana - MG Fone: (31) 3557 - 2747 E-mail: comunicacao.camarademariana@gmail.com

realmente era importante a valorização, a prova disso é que muitos efetivos ocupam cargo de nomeação. Em relação ao plano de cargos não é competência da secretaria de planejamento, mas que concordava com o presidente e a vereadora. A vereadora Daniely disse que não estava criticando o atual governo, mas muitos têm a visão de a prefeitura ser cabide de emprego, muitos têm a impressão de que os funcionários não trabalham tendo apenas o rendimento mensal. Isso é algo que vem de muito tempo. Está em um momento de a prefeitura trabalhar como empresa privada, não só porque a pessoa é efetiva que ela não pode ser mandada embora, as pessoas demonstram retorno quando são bem cobradas. É preciso tirar a visão negativa do funcionalismo. O secretário Marlon disse que isso é uma cultura nacional terrível que precisa acabar. Adiante, Marlon ressaltou a importância de os vereadores fiscalizarem seu trabalho e sua equipe, as medidas propostas e acrescentou que ele não acreditava numa administração centralizada. O vereador Marcelo concordou com o plano de carreira do funcionário, nesse plano é preciso constar aspectos que punam o servidor e outros que o valorizem. Em seguida, o vereador Marcelo assinalou que em 2015 houve exoneração de cem pessoas, porém noutro momento o prefeito inchou novamente a folha de pagamento com nomeações. Assim, o vereador perguntou se as pessoas exoneradas irão retornar aos seus cargos, quais os critérios de exoneração. O secretário disse que isso não era competência da secretaria e sim do prefeito. O vereador Marcelo perguntou se caso o projeto das férias não seja aprovado, o município conseguirá fechar as contas. O secretário Marlon frisou que esse projeto faz parte de uma das medidas do plano de contingenciamento, será uma forma de não engordar a lista enorme de desempregados para se equilibrar as contas públicas. É um projeto com contingenciamento de três milhões de reais. O vereador Marcelo quis saber sobre os doze milhões de dedução de despesas já empenhadas. O secretário disse que através de requerimento, a secretaria poderia enviar detalhadamente o valor empenhado e acrescentou que ainda serão empenhados mais de quarenta e cinco milhões de reais. O vereador Marcelo perguntou se todos os contratos vigentes com empresas para prestação de serviço estão sendo pagos. O secretário disse que sim. O vereador Marcelo pediu os dados das despesas fixas, variáveis e fixas-variáveis à Casa para ajudar a votar o projeto. O secretário sugeriu que fosse feito um requerimento. O presidente agradeceu a presença dos convidados. O secretário em nome da secretaria de planejamento se colocou à disposição. Com a palavra, o vereador Geraldo pediu à Casa que enviasse um oficio à Edalco Brasil pedindo manutenção da rede elétrica de alta tensão no Gualaxo, pois produtores já perderam animais devido aos raios, de modo que pode causar perigo às pessoas também. A vereadora Daniely disse que hoje na prestação de contas da área de saúde pode perceber que as demandas estão subindo e os gastos aumentando, e muitas vezes se vê a omissão do Estado. Ela disse ter conversado com uma moça do bairro Cabanas que há mais de dois anos espera por uma cirurgia na garganta e ainda não

Chilling .



Departamento de Comunicação e Eventos

Praça Minas Gerais,89 - Centro - Mariana - MG Fone: (31) 3557 - 2747 E-mail: comunicacao.camarademariana@gmail.com

obteve resposta. Observa-se uma transferência de responsabilidade para o município. Hoje a moça não consegue se alimentar direito mais, está com problemas respiratórios e na fala. A vereadora afirmou que queria entender o porquê de o Estado dizer que a cota para Mariana acabou. Assim, a vereadora pediu que a Câmara interferisse junto à Secretaria Municipal de Saúde para analisarem a possibilidade de casos como desta moça sejam levados ao Conselho Municipal de Saúde que possui um fundo para pequenas cirurgias. Além disso, pedir esclarecimentos ao Estado, saber como é definido o limite de cotas para municípios. O presidente afirmou que serão feitos os requerimentos. A vereadora solicitou que esses pedidos fossem enviados diretamente, através de ofício devido à urgência. O vereador Fernando reiterou seu pedido ao secretário Marlon de enviar à Casa o déficit por secretaria para fechar as contas deste ano. **Palavra Livre**. Nada mais havendo a tratar, o presidente declarou encerrada a Sessão às dezenove horas e quatro minutos. E, para constar, lavrou-se esta Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.